

Os Bolseiros e os seus Donos

A situação dos bolseiros não é um facto isolado, mas um reflexo da sociedade global. Nesta era de grandes riquezas e grandes penúrias, de enriquecimento e empobrecimento acelerados, a Universidade não podia ficar de fora. Os reitores e seus acólitos tratam os seus bolseiros com a mesma soberba e desprezo com que Trump ou Salvini tratam os emigrantes. Se querem morrer, que morram.

É, não só o direito do mais forte à liberdade, como já era tradição, mas também o direito do mais forte à arrogância. O mais fraco tem que ser espezinhado. Tudo bate certo neste Universo com sombras de Apocalipse.

Vivemos numa sociedade paradoxal. É uma sociedade de extremos. Com os mais potentes instrumentos, conseguimos medir a distância de um cabelo a muitos milhões de quilómetros. Com uma caixinha que trazemos no bolso, conseguimos falar com alguém do outro lado do mundo. Mas não resolvemos o essencial: a pobreza e a dignidade. Porque um mendigo não é menos importante que um milionário, nem um bolseiro é menos importante que um reitor. Por que o seria?

A pobreza não existe só lá fora, nos países desafortunado ou devastados pela guerra. Existe aqui ao pé de nós, perante a indiferença dos governos, mesmo socialistas. Em Portugal não há apenas várias centenas de bolseiros doutorados no limiar da pobreza, há também dois milhões de verdadeiros pobres. Temos recursos para lançar um programa de erradicação da pobreza, que teria uma influência enorme na economia e na sociedade. Mas falta-nos a vontade ou, pior do que isso, falta-nos a chama. Passamos ao largo.

Os bolseiros são alguns dos nossos melhores cérebros, são a geração mais preparada do País. São eles que sustentam a actividade científica das universidades, a sua ainda que fraca competitividade. E além disso exercem muitos deles função de professores, embora não reconhecida e sistematicamente ignorada. Mas os reitores e seus acólitos, os directores de faculdade ou de departamento, todos pequeninos na sua soberba, passam-lhes ao lado. Só precisam dos bolseiros como reserva de mão de obra dócil e barata. Já que eles não têm tempo de fazer ciência, tão ocupados que estão a administrar, alguém terá que fazer o trabalho. Esse alguém são os bolseiros,

competentes, precários e baratos, prontos a obedecer para não perder o emprego, ou não ter que emigrar. Por isso o Estado está pronto a admitir todos os funcionários, sobretudo para tarefas simples e pouco relevantes, muitos com a quarta classe. Mas não admite os doutorados. Eles sabem demais e são demasiado preciosos: têm que ser manietados.

Pintassilgo e Guterres são exemplos inspiradores que não estão a ser seguidos. No final dos anos setenta, o governo Pintassilgo introduziu o espírito do 25 de Abril na vetusta e anquilosada universidade portuguesa. Em termos simples, a sua reforma promoveu uma nova geração de cientistas aos lugares cimeiros da hierarquia universitária. Insultados por muitos, os novos catedráticos, chamados catedráticos decretinos, ou seja, feitos por decreto, mudaram a face da universidade, criaram novos centros de investigação, modernizaram a ciência e o ensino em Portugal. Essa reforma permitiu, de facto, por Portugal no mapa da Europa.

Mas agora, passados quarenta anos, a universidade está de novo a anquilosar. Se lhes tirarem os bolseiros, ela colapsa. Os catedráticos da nova geração não têm a pujança e a generosidade da geração decretina, em vias de extinção, por força da idade. Ficaram com mais poder, tornaram-se patrões. Hoje, precisamos de uma nova modernização, de um novo choque, científico e cultural, que o presente decreto de integração dos bolseiros investigadores poderia ajudar a promover. Só que os reitores não o querem, nem os seus seguidores menores. Os reitores recusam cumprir um decreto que, afinal peca por ser parcial, mesquinho e pouco ambicioso, por só conceder contratos a pouca gente e por um curto prazo, e deixar de fora muitos dos bolseiros mais antigos.

Aqui temos que lembrar a reforma de Guterres, que no final dos anos 90 proporcionou uma gigantesca integração de precários na função pública. Ao contrário do proposto no actual decreto dos bolseiros, Guterres estabeleceu uma integração faseada, em que os mais antigos eram integrados primeiro. Essa integração massiva na função pública teve um impacto muito benéfico na estabilização do emprego e no bem-estar social. Ao contrário do que se diz, o País não passou a viver acima dos seus recursos, pois para muita gente, com um emprego estável e uma outra dignidade, o País passou simplesmente a viver. Os recursos, esses, foram desbaratados na crise bancária e nos quatro anos de Troika que ela trouxe.

O motivo porque o Ministério da Ciência não seguiu o exemplo de Guterres, e produziu um decreto dúbio e sem ambição, não é agora importante. Isso fica

para um futuro julgamento da acção do governo Costa. O que importa é perceber porque é que a Universidade, e os seus máximos representantes, resolveu passar à ilegalidade e nem esse decreto querer cumprir. Parece haver uma cegueira generalizada, em que não se vêem as pessoas e as suas situações precárias, mas apenas se invoca um pretense “interesse superior” das universidades. O que vale é que tudo é superior na universidade, até a prosápia e a cegueira.

Mas há uma boa razão para esta cegueira desmedida. Tais atitudes odiosas, de que se dão eco os jornais, não são fruto do acaso. Antes se propõem defender os direitos adquiridos pela nova hierarquia universitária. O patrão ficará sempre patrão, por muito que doa.

Os bolsiros doutorados são amplamente reconhecidos, quer no ensino quer na investigação, com prémios e louvores. Trata-se, muitas vezes, dos melhores especialistas portugueses nas suas áreas do conhecimento. Trabalham com baixos salários e completa precaridade por vezes há mais de 10 anos. E quando surge uma lei que embora imperfeita, de certo modo os defende, essa lei não é cumprida, as universidades recusam-se a pô-la em prática. Porquê? Porque recusam a lei? Porque recusam conferir um mínimo de dignidade e os apoios sociais a gente tão qualificada?

Só pode haver uma explicação: para manter o poder. Para continuar a controlar uma vasta população de escravos altamente qualificados.

Nesta absurda campanha, em que são invocadas razões absurdas e falsas, como dizer que as grandes universidades (americanas, claro) não têm investigadores, mas sim professores, as universidades arvoram um estatuto de qualidade que não possuem. Não querem perder qualidade, quando não a têm! Presumidos sábios, perfeitos saloios! Aqui ao lado, em França, onde se produz talvez a melhor ciência da Europa, os professores têm menos prestígio, e os investigadores é que interessam. Porque não querem os senhores reitores e seus acólitos, escolher como modelo a França e enchem a boca com a América? O que é que a América tem de especial para nos ensinar? Sem dúvida alguma coisa. Temos que aprender com todos, se queremos escolher bem o nosso caminho. Mas esse caminho tem que passar primeiro pelas pessoas. Só assim serão grandes as instituições que as acolherem.

Neste jogo de poder, quem perde são os bolsiros, mas também a Universidade e o País. Uma integração dos bolsiros poderia fornecer às Universidades o sangue novo de que tanto precisam, e proporcionar-lhe um novo *boom*, como

o que ocorreu com a reforma Pintassilgo. Quem tem medo de que isso aconteça? Os adoradores do passado. Os Senhores, os donos, não os servos.

Pasadena, 19 de Julho 2018

Tito Mendonça
Investigador *pro bono* do IPFN
Professor catedrático aposentado